01/04

134.730



BANCO SEMEAR S.A.

CNPJ: 00.795.423/0001-45

Av. Afonso Pena, 3.577 - 3º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

Relatório da Administração

Apresentamos o relatório de Administração do Banco Semear S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhado das respectivas Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes, em conformidade com a legislação vigente. O Banco Semear S.A. é um banco múltiplo, especializado em soluções de crédito e serviços no segmento de varejo de pequeno e médio porte, visando especialmente à concessão de Crédito Direto ao Consumidor - CDC, através de acordos operacionais com redes varejistas regionais, além de distribuição de seguros, adquirência de cartões, operações de midlle market (capital de giro e antecipação de recebíveis) e operações de midlle market (capital de giro e antecipação de recebíveis) e operações mobiliárias (aquisição de recebíveis e planejamento). Apesar do ano de 2015 ter se apresentado com cenário bastante negativo, o Banco conseguiu seguir a estratégia e planejamento projetado para o exercício, obtendo lucro líquido acumulado no ano de R\$ 6.053 milhões, apresentando significativa recuperação no 2" semestre, absorvendo inclusive o repara o exercicio, obrendo lucro liquido acumilado no áno de RS 0.05 milhoes, apresentando significativa recuperação no 2º semestre, absorvendo inclusive o re-sultado negativo alcançado no 1º semestre (RS 2.190 milhões), evidenciando assim melhor gestão, em especial nas despesas, com redução no 2º semestre de 7,0% em relação ao 1º semestre do ano de 2015 e ampliação das receitas. Ao longo de 2015, o Banco manteve-se focado na estratégia de diversificação de seus respecios, buscando maior equilibrio e mais seletividade em sua oferta de crédito, com fortalecimento do processo de expansão de novos acordos operacionais e consolidação de acordos vigentes, permitindo assim ao final do exercício crescimento expressivo da carteira de crédito em 46,3 % em relação ao ano de 2014, totalizando uma carteira total de ES 5.55 milhões. A carteira cons. Véraio corresente 61 8º% de acráteiro total, sordo le credito em 46,3 % em relação ao ano de 2014, totalizando uma carteria total de \$\$ 545 milhões. A carteira core, Varejo, representa 61,8% da carteira total, sendo \$1,7% o Crédito Direto ao Consumidor e 10,1% o Empréstimo Pessoal, os demais

Administração

38% da carteira total estão distribuídos em operações de Middle Market (23,9%) e Aquisição de Recebiveis Imobiliários (14,1%). Em relação ao funding, destacamos o crescimento em 2015 ao ordem de 42,1% em relação ao funding, destacamos o crescimento em 2015 ao ordem de 42,1% em relação ao ao de 2014, totalizando uma carteira de depósitos a prazo de RS 545 milhões, operações pulverizadas em mais de 4 mil clientes investidores, que inclui correntistas e distribuídores, em sua grande maioria emitidas com alongamento do prazo de liquidez, que varia entre 1 a 3 anos. Os CDB's continuam sendo a principal fonte de captação, representando 85,4% da carteira, DPGE's 9,6% LC 175,50%. Na linha de investimentos destacamos o projeto de Adquirência, tendo como parceira a multinacional Global Payments, o qual o Banco vem sistematicamente aprimorando sua plataforma operacional e que permitirá ganhar mais velocidade na operação de antecipação de recebiveis de cartões e concessão de capital de giro com tais garantias, sendo importante fonte alternativa de receitas para os próximos aons. O patrimônio liquido do exercício alcançou RS 91,6 milhões, o indice de Basiléia apurado foi de 15,13 %, mantendo-se estrutura de capital confortável e sustentável para suportar os riscos inerentes ao negócio e crescimento projetado para os próximos aons exercícios. Em 2016 o Banco manterá a estrategia de diversificação de negócios e riscos, ampliação de suas fontes de capitação através de emissão de LCTs, investimentos nas áreas de controles, processos e tencologia, buscando aumento de eficiência e redução de custos, confiantes no crescimento da operação e do lucro operacional. Agradecemos aos nossos clientes, percesso, elaboradores e acionistas, a confiança depositada no Banco Semear A Institutição mantem suas apóes voltadas para fortalecimento da gestão e controle, pnoses clientes, percessos, elaboradores e acionistas, econfiança depositada no Banco Semear A Institutição mantem suas apóes voltadas para fortalecimento da gestão e c fortalecimento da gestão e controle, na busca continua do equilibrio entre eficiência, qualidade, rentabilidade e sustentabilidade. A Administração.

Balanços pat	rimonia	is em 31 d	de dezemi	oro de 2015 e 2014 - (Em milhares de R	leais)		
Ativo	Nota	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2015	2014
Circulante		486.438	364.173	Circulante		411.456	206.714
Disponibilidades	4	2.296	1.487	Depósitos	12	375.602	185.508
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	25.336	15.559	Depósitos à vista		7.073	17.151
Aplicações no mercado aberto		25.014	15.000	Depósitos interfinanceiros		4.007	4.285
Aplicações em depósitos interfinanceiros		322	559	Depósitos a prazo		364.522	164.072
Títulos e valores mobiliários	6	10.994	25.988	Recursos de aceites e emissão de títulos	13	14.160	7.955
Carteira própria		10.994	25.988	Relações interfinanceiras		1	-
Relações intrfinanceiras		114	126	Outras obrigações	14	21.658	13.244
Correspondentes		1	-	Receitas antecipadas		35	7
Operações de crédito	8	356.930	287.420	Não circulante		212.179	240.210
Setor privado		417.295	325.907	Depósitos	12	180.640	219.534
(-) Provisão para créditos de liquidação				Depósitos a prazo		180.640	219.534
duvidosa		(60.365)	(38.487)	Recursos de aceites e emissão de títulos	13	8.770	4.614
Outros créditos	10	84.911	30.938	Outras obrigações	14	22.575	15.747
Outros valores e bens	11	5.856	2.655	Receitas antecipadas		194	315
Não circulante		228.778	170.389	Patrimônio líquido	15	91.581	87.638
Realizável a longo prazo		226.998	168.601	Capital social - De domiciliado no País		122.786	119.896
Aplicações interfinanceiras de liquidez		14.508	39.412	Prejuízos acumulados		(31.205)	(32.258)
Aplicações no mercado aberto		14.508	39.412	•			
Títulos e valores mobiliários	6	53.322	32.079				
Carteira própria		53.322	32.079				
Operações de crédito	8	23.889	26.498				
Setor privado		26.426	27.428				
(-) Provisão para créditos de liquidação							
duvidosa		(2.537)	(930)				
Outros créditos	10	133.125	69.422				
Outros valores e bens	11	2.154	1.190				
Permanente		1.780	1.788				
Investimentos		74	85				
Imobilizado de uso		881	927				
Intangível		825	776	Total do passivo e do patrimônio			
Total do ativo		715.216	534.562	líquido		715.216	534.562
As	notas ex	plicativas s	ão parte int	egrante das demonstrações financeiras.			
Demonstrações das	mutaçõ	es do nati	rimônio líc	guido - Semestre findo em 31 de dezen	nbro de	2015	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestre findo em 31 de dezembro de 2015 e exercícios findos em em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Em milhares de Reais)					
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (reapresentado)	109.896	(35.821)	74.075		
Aumento de capital	10.000	-	10.000		
Outros eventos:					
Lucro do exercício	-	6.963	6.963		
Destinações:		(2.400)	(2.400)		
Juros sobre o capital próprio	110.006	(3.400)	(3.400)		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	119.896 119.896	(32.258)	87.638 87.638		
Saldos em 31 de dezembro de 2014		(32.258)	0.1000		
Aumento de capital	2.890		2.890		
Outros eventos: Lucro do exercício		6.053	6.053		
Destinações:	-	0.033	0.033		
Juros sobre o capital próprio		(5.000)	(5.000)		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	122.786	(31,205)	91.581		
Saldos em 30 de junho de 2015	119.896	(34.447)	85,449		
Aumento de capital	2.890	(34.447)	2.890		
Outros eventos:	2.070		2.070		
Lucro do semestre	_	8.242	8.242		
Destinações:					
Juros sobre o capital próprio	-	(5.000)	(5.000)		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	122.786	(31.205)	91.581		
As notas explicativas são parte integra	nte das demonstrações	s financeiras.			

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

Contexto operacional

O Banco Semear S.A. é um banco múltiplo, fundando em 2006, pertencente ao Grupo Seculus, é especializado em soluções de crédito e serviços no segmento de varejo, visando especialmente à concessão de Crédito Direto ao Consumidor — CDC, através de acordos operacionais com redes varejistas regionais. Atua também em operações para pessoas jurídicas, concentradas nos segmentos de pequenas e médias empresas, nas modalidades de capital de giro, desconto de recebíveis e operações de adquirência, especialmente na antecipação de recebíveis de cartões. Em 2015 deu inicio à carteira de financiamento imobiliário.

vao de reconversa de cartoss. Em 2015 del micro a carteña de manciamento imobiliário.

2 Base de preparação

As informações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil, contidas no Plano Contábil das Institutojes do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Conselho Monetário Nacional, no que for aplicável.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2.016.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredonádas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

 Uso de estimativas e julgamentos
 Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utili preparaça decisa etimolistaçõe manchenas, a Antinistação dia políticas gamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas nátábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e spesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e setimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das imativas são reconhecidas prospectivamente.

centinativas sau recunicidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 18 - receita de comissão: determinação se a Instituição atua

Nota explicativa 18 - recenta de comissao: determinação se a nistituição atua como agente na transação ou como principal.
 (b) Incertezas sobre premissas e estimativas
 As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercicio a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes

notas explicativas:
• Nota explicativa 9 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponi-bilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser unitzados;

Notas explicativas 8, 10 e 14 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.
Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil

são: Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Resolução nº 3.604/2008 - Demonstração do Fluxo de Caixa. Resolução nº 3.750/2009 - Divulgação sobre Patres Relacionadas. • Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contin-

gentes.

Resolução nº 3.973/2011 - Evento Subsequente.

Resolução nº 3.973/2011 - Papamento Baseado em Ações

Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações.
 Resolução nº 4.007/2011 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativas

Resolução nº 4.007/2011 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação do en 4.047/2012 - Pronunciamento conceitual básico (R1).
 Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampuoco se a utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras do Banco.
 3 Principais critérios contábeis adotados a. Apuração de resultado
 O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuivel de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.
 b. Caixa e equivalentes de caixa
 Conforme Resolução nº 3.604/2008, do Conselho Monetário Nacional, incluem dinheiro em caixa, depôsitos bancários, investimentos de curto prazo de alta

Contorme Resolução nº 3.004/2008, do Conseino Monetario Nacional, incuidendinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

c. Provisão para perdas com operações de crédito

E constituída com base na Resolução nº 2.682/1999, analisando os riscos de

realização dos creaciones e eventuais perdas.

d. Aplicações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Títulos e valores mobiliários.

A Circular nº 3.068/2001 determina a classificação dos títulos e dos valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação - Incluem os títulos e os valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Demonstrações de resultados - Semestre findos em 31 de dezembro de 2015 e exercícios findos em em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - (Em milhares de Reais) Receitas de intermediação financeira 190.922 92 117

Operações de credito		72.111	170.055	120.575
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		9.507	14.520	6.900
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		5.143	5.769	1.235
Despesas de intermediação financeira	17	(84.546)	(146.288)	(78.528)
Operações de captação no mercado		(43.870)	(75.054)	(37.878)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(40.676)	(71.234)	(40.650)
Resultado bruto da intermediação financeira		22.221	44.634	56.202
Outras receitas (despesas) operacionais	18	(24.724)	(49.170)	(47.270)
Receitas de prestação de serviços		4.249	4.822	633
Rendas de tarifas bancárias		3.751	6.902	6.646
Despesas de pessoal		(5.914)	(10.431)	(9.100)
Outras despesas administrativas		(26.437)	(56.651)	(51.542)
Despesas tributárias		(4.200)	(7.496)	(5.774)
Outras receitas operacionais		13.280	26.769	18.869
Outras despesas operacionais		(9.453)	(13.085)	(7.002)
Resultado operacional		(2.503)	(4.536)	8.932
Resultado não operacional		(572)	(657)	326
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações		(3.075)	(5.193)	9.258
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	19	(5.124)	(6.441)	(3.893)
Passivo fiscal diferido	19	14	(288)	(3)
Ativo fiscal diferido	9 e 19	17.005	18.623	2.126
		11.895	11.894	(1.770)
Participações estatutárias no lucro		(578)	(648)	(525)
Resultado do semestre/exercícios		8.242	6.053	6.963
Pasultado líquido por lota de mil ações - PS		0.05	0.04	0.04

As notas explicativas são parte integrante das dem

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Semestre findos em 31 de dezembro 2015

e exercicios findos em em 31 de dezembro de 2015 e 2014	4 - (Em milhares de Reais)		
	Semestre findo em 2015	2015	2014
Fluxo de caixa proveniente das operações	0.040		
Resultado do semestre/exercícios	8.242	6.053	6.963
Ajustes do resultado do semestre/exercícios com recursos provenientes de			
atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	286	562	605
Ajuste em Investimento coligada e controlada	7	19	4
Provisão para devedores duvidosos	40.676	71.234	40.650
Provisão para perdas em outras operações	-	-	(669)
Provisão para créditos cedidos com coobrigações	(46)	(386)	(1.709)
Provisão carteira adquirida de recebivéis de cartões de créditos	84	74	34
Provisão carteira adquirida de recebivéis de créditos imobiliários	616	616	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos.	14	(288)	12
Provisão para pagamentos a efetuar.	4 487	4.487	
Provisão para passivos contingentes	2 821	3.429	(428)
Provisão para perdas em outros valores e bens	627	408	30
Provisão para créditos tributários	(17.005)	(18.623)	(2.127)
r tovisao para creditos triotiarios	32 567	61 532	36.402
Redução (aumento) nos ativos:	32.301	01.332	30.402
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(20.542)	15 127	(29 607)
	(39.542)		(38.607)
Títulos e valores mobiliários	7.578	(21.243)	23.592
Operações de crédito	(71.113)	(138.135)	(139.850)
Outros créditos	(100.897)	(99.743)	(9.401)
Outros valores e bens	(1.102)	(4.573)	(2.786)
Relações interfinanceiras e interdependência	511	11	144
	(204.565)	(248.556)	(166.908)
Aumento (redução) nos passivos:			
Depósitos	116.028	151.200	128.663
Recursos de aceites e emissão de títulos	(967)	10.361	12.569
Relações interfinanceiras	(44)	1	-
Outras obrigações	9.488	8.000	5.328
Variação nas receitas antecipadas	(35)	(93)	296
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	124.470	169.469	146.856
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	(39.286)	(11.502)	23.313
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		(,	
Alienação (aquisição) Investimento	2	2	(89)
Aquisição no imobilizado de uso	(254)	(418)	(229)
Aquisição no intangível	(·/	(157)	(174)
Aquisição no intaligivo	(252)	(573)	(492)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	(232)	(313)	(-1/2)
Juros sobre o capital próprio creditados	(5.000)	(5.000)	(3.400)
Movimentação de ativos	(5.000)	(3.000)	(2.265)
	2.890	2.890	10.000
Aumento de capital			4 335
A ((2.110)	(2.110)	
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(41.648)	(14.185)	27.156
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	54.938	27.475	319
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	13.290	13.290	27.475
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(41.648)	(14.185)	27.156
A a motor combinatives of a monte intercounts des demonstr	sa 2 aa finanaairaa		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integ

(ii) Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e os valores mobilários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrinsecos reconhecidos na demonstração do resultado, e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados são reconhecidos em conta especifica do patrimônio líquido "Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda" até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e os valores mobilários, os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter a té o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e os valores mobilários classificados na categoria de negociação, bem como os instrumentos financeiros derivativos, se houver, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de operadores de mercado modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou têcnicas similares, para os quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração (veja Nota Explicativa nº 6).

1. Instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge), conforme determina a Circular rº 3.082/2002 e as regulamentações posteriores, emitidas pelo Banco Central do Brasil.

Quando existentes, as operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonst

resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge são classificadas como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na Circular nº 3.082/2002, emitida pelo Banco Central do Brasil. Nesses casos, também os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida desses ajustes (derivativo e respectivo item objeto de hedge): (i) a adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, no caso de hedge de risco de mercado; e (ii) conta destacada do patrimônio líquido para a parcela efetiva do hedge de fluxo de caixa, deduzida dos efeitos tributários.

g. Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo São demonstrados nelos valores de realização, incluindo

demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, rendimentos auferidos, em base pro rata die, deduzidos das correspontes rendas a apropriar. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é stituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do sselho Monetário Nacional

h. Outros valores e bens - Despesas antecipadas

São representados pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados cujos direitos de beneficios ou prestação de serviços ocorrerão em período futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da compe

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que

gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e os montantes dos beneficios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e os direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Banco ou os beneficios futuros esperados ser realizados. (veja Nota Explicativa nº 11).

Imobilizado i, Imobilizado E demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pe método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, mo-veis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%; e sistema of processamento de dados - 20%. Conforme Resolução nº 3,566/2008 do Conselho Monetário Nacional, literatoria de la consecuencia de la consecuencia de la consecuencia.

saldo do imobilizado está apresentado a valores recuperáveis. A par da exigência de realização de estudos periódicos neste sentido, entende a Admi mistração que não serão necessários ajustes aos valores apresentados.

j. Intangível

Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto se refere a bens incor

póreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalida de, de acordo com a Resolução nº 3.642/2008 do Conselho Monetário Na cional. Está composto por direitos na aquisição de softwares, amortizados pela prazo pertinente

cional. Está composto por direitos na aquisição de softwares, amortizados pelo prazo pertinente.

k. Depósitos e captações no mercado aberto. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigiveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die (veja Notas Explicativas n°s 12, 13 e 17).

1. Ativos e passivos contingentes. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMM n° 3.832/2009, bem como são aderentes aos critérios definidos na Deliberação CVM n° 594/2009, a saber:

- Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigivel.

realização, usualmente representado pelo transito em juigado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

*Passivos contingentes *Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de antureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e consideram a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com sufriente segurança. As contingências são classificadas como (a) prováveis, para as quais são constituidas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação (veja Nota Explicativa nº 14).

*Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judicias, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constituciona-fidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (veja Nota Explicativa nº 14).

02/04



BANCO SEMEAR S.A.

CNPJ: 00.795.423/0001-45

Av. Afonso Pena, 3.577 - 3º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

m. Provisões para imposto de renda e contribuição social A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-

A provisão para imposto de renda foi constituida à aliquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. Também, foi constituida provisão para contribuição social sobre o lucro liquido ajustado à aliquota de 20%. Os créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa também foram registrados com base nas respectivas aliquotas.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituíção. A realização desses créditos tributários coorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos. Em 6 de outubro de 2015, a Medida Provisória nº 675 foi aprovada e convertida na Lei nº 13.169, que aumentou a aliquota da CSLL das instituições financeiras de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Os respectivos efeitos contábeis estão refletidos contabilmente a partir da data de aprovação.

n. Provisões de férias 4 decimo terceiro salário
As provisões de férias, acrescidas do adicional de 1/3 (um terço), e do décimo terceiro salário, bem como os respectivos encargos, são contabilizadas segundo o regime de competência. utários de imposto de renda e contribuição social são re

ucumo terceno satario, pem como os respectivos encargos, são contabilizadas segundo o regime de competência.

o. Outros passivos circulantes e não circulantes
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicavel, os encargos incorridos, em base pro rata die, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os títulos e os valores mobilários classificados nas categorias de tim-

Os títulos e os valores mobiliários classificados nas categorias de titu-los disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment). Caso seja de-tectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior

q. Eventos subsequentes

dos dois o maior.

q. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao periodo a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do periodo a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

• os que evidenciam condições que já existiam na data final do periodo a que se referem as demonstrações que originam ajustes);

• os que são indicadores de condições que surgiram subsequente ao periodo contábil a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao periodo contábil a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao periodo contábil a que se referem as demonstrações contábeis que não originam ajustes).

Não houve eventos subsequentes que ocasionam ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

**Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015. r. Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro O Pronunciamento Contábil CPC 23 tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tatamento contábil e a divulgação das mudanças nas políticas, nas esti-mativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, a melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras do Banco, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as de-monstrações de outras entidades. Caixa e equivalentes de caixa

monstrações de outras entidad Caixa e equivalentes de caixa

Papel	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Letras Financeiras do Tesouro - LTF	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.994	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN			12.002
Total em 31.12.2015	10.994	-	12.002
Total em 31.12.2014	25.988		21.750
Os manúis asima astão todos austadiados no	SELIC.		

zembro de 2014.

Soperações de crédito
As operações de crédito concentram-se em pessoas físicas, bem como pequenas e médias empresas e, de acordo com as normas da Resoluçã 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, encontram-se classifica

conforme demonstrado a seguir: a. Classificação por risco de crédito

	-	31.12	.2015	31.12.2014	
Níveis de Risco	% do Risco	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA	-	-	-	-	-
A	0,5%	269.098	(1.345)	235.142	(1.176)
B	1%	62.512	(625)	51.003	(510)
C	3%	27.488	(825)	15.928	(478)
D	10%	12.203	(1.220)	6.617	(662)
E	30%	10.101	(3.030)	4.958	(1.487)
F	50%	8.545	(4.273)	4.797	(2.399)
G	70%	7.301	(5.111)	7.283	(5.098)
Н	100%	46.473	(46.473)	27.607	(27.607)
Totais		443.721	(62.902)	353.335	(39.417)
Circulante		417 295	(60,365)	325.907	(38.487)
Não Circulante		26.426	(2.537)	27.428	(930)
Total		443.721	(62.902)	353.335	(39.417)
O Banco utiliza-	se da permissi	bilidade ad	lmitida pelo	parágrafo 2	o do art. 4º

O Banco utiliza-se da permissibilidade admitida pelo parágrafo 2º do art. 4º da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, aplicando às operações de crédito, com prazo a decorrer superior a 36 meses, a contagem em dobro dos prazos referidos no inciso I do art. retromencionado, para fins da classificação nos respectivos níveis de risco. O montante total das operações que utilizaram a contagem em dobro monta a R\$139, com provisão de R\$3 em 31 de dezembro de 2015 (R\$268, com provisão de R\$9, em 31 de dezembro de 2014).

Sua composição pode ser assim sintetizada:		
* / *	31.12.2015	31.12.2014
Reservas livres	2.296	1.487
Disponibilidades	2.296	1.487
Equivalentes de caixa	10.994	25.988
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	10.994	25.988
Total de caixa e equivalentes de		
caixa - (Disponibilidade)	13.290	27.475
O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui a	penas as ope	rações cujos
vencimentos na data da efetiva aplicação sejam is	uais ou inferi	res a 90 dias
a qua aprocentem ricas incignificante de mudenas	do volor inete	

e que apresentam risco insignifivante de mudança de valor justo.					
5 Aplicações interfinanceiras de liquidez					
O saldo das aplicações interfinanceiras de liquidez está composto por:					
Aplicações interfinanceiras de liquidez 31.12.2015 31.12.20					
Aplicações no Mercado Aberto	39.522	54.412			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	14.508	10.401			
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	25.014	44.011			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	322	559			
Certificados de Depósitos					
Interfinanceiros* (CDI)	322	559			
Total	39.844	54.971			
Total - Circulante		15.559			
Não circulante	14.508	39.412			
Os depósitos interfinanceiros possuem os respectiv	vos vencimen	tos:			

Total	322 _	559
Nos termos da Resolução nº 3.263/2005, do Consell	no Monetário	Nacional,
o Banco mantém acordo, para compensação e liquio		
âmbito do Sistema Financeiro Nacional, firmado co-		
autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil	l, cujas posiç	ões no en-
cerramento do exercício findo em 31 de dezembro de	2015 poden	n ser assim
sumariadas:	-	

Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI:

31.12.2015 31.12.2014

	31.12.2015	31.12.2014
Posição ativa:	322	559
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	322	559
Posição passiva:		256
Certificados de Depósitos Interfinanceiros		
(CDI) - (Nota 12)	-	256

ção do resultado.
Os títulos e o s valores mobiliários podem ser apresentados como segue: **Títulos de renda fixa**31.12.2015
31.12.2015

itulos de renda fixa	31.12.2015	31.12.2014
Carteira própria - Livres:	64.316	58.067
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	41.320	10.329
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10.994	35.726
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	12.002	12.012
Total	64.316	58.067
Circulante	10.994	25.988
Não circulante	53.322	32.079
Total	64.316	58.067
Classificação por tipo de papel e vencimentos:		

De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor de mercado/ contábil	Custo de aquisição/ atualização
41.320	_	41.320	41.320
-	-	10.994	10.994
		12.002	12.002
41.320		64.316	64.316
	10.329	58.067	58.067

Os dados relativos a créditos de liquis dados relativos a créditos de liquidação duvidosa baixados a débito de ovisão e receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo podem

	2° sem/2015	31.12.2015	31.12.2014
Saldo no início do período	45.604	39.417	31.098
Efeito no resultado			
Constituição/.reversão de provisão	40.676	71.234	40.650
Créditos de liquidação duvidosa			
baixados para prejuizo	(23.378)	(47.749)	(32.331)
Saldo no fim do período	62.902	62.902	39.417
Créditos recuperados	3.170	5.635	3.407
Total - efeito no resultado	37.506	65.599	37.243
 b. Classificação por atividade eco 	nômica		
, ,	31.12.2015	31.12	2.2014
	% da	— % d:	a

Carteira Carteira Carteira Carteira

Comércio	20.057	2%	15.770	2%
Serviços	91.076	13%	55.948	13%
Pessoa física	319.763	84%	281.506	84%
Totais	443.721	100%	353.335	100%
c. Classificação por produto				
	31.12	2.2015	31.12.2	2014
	% da		% da	
Produtos	Carteira	Carteira	Carteira	Carteira
Capital de giro	121.711	27%	68.830	19%
Titulos descontados	29	-	47	-
Conta garantida	562	-	1.250	-
Crédito pessoal	42.638	10%	27.150	8%
Crédito Direto ao				
Consumidor	278.781	63%	256.058	72%
Total	443.721	100%	353.335	100%
d. Classificação por prazo				

d. Classificação por prazo					
, , ,	31.12	2.2015	31.12.2014		
	% da		% da		
Prazos de vencimento	Carteira	Carteira	Carteira	Carteira	
Vencidas	67.386	14%	37.631	13%	
A vencer até 30 dias	96.292	22%	58.078	16%	
A vencer de 31 a 60 dias	56.784	13%	51.419	15%	
A vencer de 61 a 90 dias	48.956	11%	36.631	11%	
A vencer de 91 a 180 dias	86.852	20%	79.528	23%	
A vencer de 181 a 360 dias .	61.025	14%	62.620	16%	
A vencer após 360 dias	26.426	6%	27.428	6%	
Totais	443.721	100%	353.335	100%	
. C 7 1 (1!4.					

		31.12.2015	;	31.1	2.2014	
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado	Valor da cessão	Valor presente	Resultado
Empresas não integrantes do SFN - Não ligado:						
Sem coobrigação -Capital de giro pós	8.170	8.225	(55)	1.035	1.035	-
Sem coobrigação -Capital de giro pré	629	629		210	212	(2)
Total	8.799	8.854	(55)	1.245	1.247	(2)
2 4 1 1 7 1 7 114 1 1 1 1 1 7 7 1						

e.3 Aquisições de crédito com instituição não ligadas :

es Aquistçose de retuito com instituição de créditos, sem coobri-gação, com pessoas jurídicas não integrantes do SFN e não ligadas, no montante de R\$39.858 (R\$15.694 em 2014). Os contratos, objeto das aquisições realizadas, referem-se a operações de recebíveis de cartões de crédito e encontram-se registrados na rubrica Títulos e créditos a receber, Nota Explicativa nº 10, e pode ser sumariada da seguinte forma:

	Valor da	Valor	Rendas e
Aquisição de créditos	cessão	futuro	apropriar
INSTIT. NÃO INTEGRANTES			
DO SFN - NÃO LIGADAS			
 Sem Coobrigação - Recebíveis de 			
Cartão de crédito	39.858	41.323	(1.465)
Total em 31 de dezembro de 2015	39.858	41.323	(1.465)
	3	1.12.2014	
	Valor da	Valor	Rendas e
Aquisição de créditos	cessão	futuro	apropriar
NSTIT. NÃO INTEGRANTES DO			
SFN - NÃO LIGADAS			
Sem Coobrigação - Recebíveis de			
Cartão de crédito	15.694	16.500	(806)
Total em 31 de dezembro de 2014	15,694	16.500	(806)

e.4 Aquisições de crédito com instituição ligadas:

c.4 Aquisições de crédito com instituição ligadas: Neste exercicio, foi realizada a aquisição de créditos, sem coobrigação, com pessoas jurídicas não integrantes do SFN e ligadas, no montante de R\$\$4.085. Os contratos, objeto das aquisições realizadas, referem-se a ope-rações de recebiveis de cartões de crédito e recebiveis de crédito imbolilário e encontram-se registrados na rubrica Títulos e créditos a receber, nota Ex-plicativa № 10, e pode ser sumariada da seguinte forma:

31.12.2015
Valor da Valor Rendas e cessão futuro apropriar Aquisição de créditos INSTIT. NÃO INTEGRANTES DO SFN - LIGADAS • Sem Coobrigação - Recebíveis de Cartão de crédito... • Sem Coobrigação - Recebíveis 11 987 12 767 (780) es Catado de crédito.

Sem Coobrigação - Recebiveis
de Crédito Imobiliário.

72.098
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72.137
72

Créditos tributários

A Administração reconheceu créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda ed a contribuição social sobre o lucro líquido, e sobre os saldos acumulados de prejuizo fiscal e base negativa de CSLL.

Os créditos tributários foram reconhecidos conforme Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, com as modificações introduzidas pela Resolução nº 3.355, de 31 de setembro de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, e encontram-se registrados na rubrica "Outros Créditos", conforme Nota Explicativa nº 10 ("Outros créditos"), podendo ser demonstrados sinteticamente na seguinte forma.

1		Sinteticamente na s	seguinte forma.		
		31.12.	2015	31.1	2.2014
		CS			
	IRPJ	Realiz. até 31.12.2018	Realiz. a partir de 01.01.201	9 IRPJ	CSLL
Base Negativa realização até 31/12/2018 e Prejuízo Fiscal		6.141	19.46		
Alíquota	25%	20%	159		
Aliquota	4.134	1.228	2.92		
Collin tolloctor difficulty at 11 (1)		1.228			4.844
Crédito tributário diferido atual (c)	4.134		4.148 2.92	5.805	4.844
Movimentação acumulada do crédito tributário atual					
Constituído acumulada		9.117		11.646	
Reversão acumulada		(4.872)		(6.785)	
Ajuste de exercícios anteriores	(162)	(97)		944	
	4.134	4.148		5.805	4.844
Movimentação do semestre do crédito tributário atual					
Constituído	105	1.202		131	78
Reversão		(1.700)		(746)	(448)
Ajuste no semestre	(1.342)	(498)		(615)	
Movimentação do exercício do crédito tributário atual	(1.0.2)	(170)		(010)	(0.0)
Constituído	287	1.300		131	78
Reversão	(1.958)	(1.995)		(746)	
		(695)			(370)
Ajuste no exercício:	(1.671)			(615)	
Total de ajuste em 31 de dezembro de 2015 (a)	(1.671)	(695)		(615)	(370)
Diferenças temporárias:	151 500		20.54		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	171.598	142.951	28.64		
Provisão para créditos baixados - C/C convênios	2.785	2.785		2.785	2.785
Provisão para créditos cedidos com coobrigação	8	5		3 394	
Provisão para créditos carteira de recebiveis	726	66	66	0 35	
Provisão vr. parcelamento diferença COFINS	-	-		- 2.165	2.165
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	1.428	314	1.11	4 1.019	1.019
Provisão para contingências em ações cíveis	3.179	3.179		- 3.655	3.655
Provisão Fiscais	3.446	3.446			_
Provisão para contingências em ações trabalhistas	1.905	1.905		- 1.446	1.446
Provisão para PIS em processo judicial	6.499	6.499		- 5.548	
Provisão pagamentos a efetuar	578	578		5.540	5.540
Provisão despesas contratadas	3.908	3.908			
Base de cálculo	196.060	165.636	30.42	4 164.289	164.289
	25%	20%			
Alíquota			159		15%
Crédito tributário diferido atual (d)	49.015	33.127	4.56		
Total de ajuste em 31 de dezembro de 2015 (c)	49.015	37.690	41.07	2	24.644
Movimentação acumulada do crédito tributário diferido atual	402.006			0.5 400	
Constituição acumulada	103.906	67.555		95.422	
Realização acumulada	(54.891)	(29.865)		(55.010)	
	49.015	37.690		40.412	24.230
Ajuste no semestre					
Constituição	6.602	13.764		2.190	1.798
Realização	-	(1.521)		(798)	(191)
,	6,602	12.243		1.392	1.607
Ajuste no exercício					
Constituição	8.483	14.893		3.411	2.497
Realização	(541)	(1.846)		(1.458)	(605)
Total de ajuste em 31 de dezembro de 2015 (b)	7.942	13.047		1.953	
Total de ajuste no exercício de 2015 (a+b)	6.271	12.352		1.338	
Total geral (c+d)	53.149	41.838		46.877	29.488
	33.149			40.677	
Circulante		37.554			16.516
Não Circulante		57.433			59.849
Total		94.987			76.365
A apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em	confor-		31.12.2015	31.12.20	014
midade com a Instrução Normativa da RFB nº 1.591 de 05/1	1/2015.		Não		Não
A expectativa de realização dos créditos tributários constituí		Ativo circulante	Circulante Circulante (Circulante (Circulante
em conformidade com as exigências da legislação e os nor		Rendas a receber		6	260
anliadracia con de fondementado em Estudo Tácnico de A		Divorces	95 109 126 250	21.027	71 047

A expectativa de r em conformidade aplicáveis, sendo e Reconhecimento amparado por Est rado para os próx readequação oper nossos especialista	com as ex fundamen o de Crédi udo de Vi imos 5 (ci acional do as. Abaixo	rigências da leg tada em Estud tos Tributários abilidade Econ nco) anos, com o Banco, perio , demonstramo	gislação e o Técnico elaborado ômico-fina no parte do dicamente	os normativos de Avaliação pelo Banco e nceira, prepa- o programa de revisto pelos
tributário para os p				
		2.2015		12.2014
Realização do	Imposto	Contribuição		Contribuição
crédito tributário	de	renda social	de renda	social
1º Ano	20.864	16.691	10.322	6.194
2º Ano	12.313	9.850	4.740	2.844
3º Ano	9.768	7.814	5.625	2.543
4º Ano	6.753	4.052	5.934	3.560
5º Ano	5.125	3.337	6.763	4.438
Acima de 5 anos	(1.674)	94	13.493	9.909
Totais	53.149	41.838	46.877	29.488
O valor presente dos				

dia de Certificados de Depositos interninanceiros (CDI) projetada para os períodos demonstrados acima, a uma taxa de 11,50% a.a. e está descontado de R\$21.924, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$73.063

(R\$51.872 em 2014), conforme	demonstrado aba	iixo:		
	31.1	2.2015	31.12.2014		
Realização do	Imposto	Contribuição	Imposto	Contribuição	
crédito tributário	de renda	social	de renda	social	
1º Ano	18.241	14.593	9.180	5.508	
2º Ano	9.537	7.630	3.766	2.260	
3º Ano	6.793	5.435	4.022	1.818	
4º Ano	4.255	2.553	3.850	2.310	
5º Ano	2.936	1.912	3.990	2.618	
Acima de 5 anos	(871)	49	7.236	7.236	
Totais	40.891	32.172	32.044	21.750	
0.0-4					

10 Outros créditos

O saldo do grupamento "Outros créditos", no Circulante e no Não Circulante, está composto por

	31.12.2	015	31.12	.2014
		Não		Não
Ativo circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Rendas a receber	21	174	6	260
Diversos	85.198	136.259	31.037	71.947
.Adiantamentos				
diversos e antecipações				
salariais	308	-	301	-
.Créditos tributários				
- IRPJ e CSLL - Nota (a)	37.554	57.433	16.516	59.849
.Devedores por				
depósito em garantia:		11.228		9.313
.Imposto de renda	-	101	-	94
.Contribuição social	-	395	-	364
.PIS (c)	-	9.044	-	7.376
Recursos trabalhistas	-	875	-	719
.Outros depósitos				
judiciais	-	813	-	760
.Impostos e contribuições				
a compensar (b)	6.120	-	3.818	-
.Opções por incentivos				
fiscais	70	-	70	-
.Títulos e créditos a				
receber (d)	36.335	64.711	7.085	-
.Devedores diversos				
- País (e)	4.811	2.887	3.247	2.785
Provisão para perdas em				
outros créditos			(105)	
Total	84.911	133.125	30.938	69.422
(a) Vide Nota Explicativa no (b) Conta constituída basic				

odo, nos montantes de R\$3.704 e R\$ 2.175.

odo, nos montantes de R\$3.704 e R\$2.175.

(c) Em 11 de abril de 2006, o Banco impetrou Mandado de Segurança - Processo n° 2006 3.8 00.012373-8. pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) nos termos da Lei n° 9.718/2008. Em 1° de junho de 2006, foi concedida a segurança postulada na inicial, todavia, a União, em 9 de setembro de 2006, aviou recurso de apelação, encontrando-se atualmente na Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Assim, desde a distribuição da presente ação, o Banco vem provisionando e depositando judicialmente a totalidade da contribuição ao PIS, cujo montante em 31 de dezembro de 2015 equivale a R\$9.044 (R\$7.376 em 2014).

03/04



BANCO SEMEAR S.A.

CNPJ: 00.795.423/0001-45

Av. Afonso Pena, 3.577 - 3º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

		Gr	upo :	Seculus
(d) A composição da rubric da da seguinte forma:	a "Devedoi	res diversos -	País" pode	e ser sumaria-
	31.12.	.2015	31.12.2	2014
-	Circulante	Não Circulante	Circulant	Não e Circulante
Devedores diversos - País				
Baixas em operações de crédito a processar	4.702	1.818	3.119	9 851
Baixas em operações de crédito - Confissão				
de Dívida Contingências Judiciais	-	967		- 967
Reembolsáveis	_	102	9	8 -
Conta Gráfica - Alienação			-	-
Participação RS CFI	1	-	,	7 -
Outros devedores diversos	108	-	2:	3 967
Total	4.811	2.887	3.24	7 2.785
(e) Os Títulos e Créditos a r de recebíveis de Financiam ficados da seguinte forma:				

		2015	31.12.2	2014
Risco	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
).5%	87.965	(440)	7.084	(35)
1%	5.448	(54)	-	-
3%	7.102	(213)	-	-
10%	531	(53)	-	-
30%	-	` -	-	-
50%	-	-	-	-
70%	-	-	-	-
00%	-	-	-	-
	101.046	(760)	7.084	(35)
	36.335	(308)	7.084	(35)
	64.711	(452)	-	-
	101.046	(760)	7.084	(35)
	tisco de 0,5% 1% 3% 10% 30% 50% 70%	seo de crédito 31.12. Carteira 87.965 1% 87.965 1% 5.448 7.102 10% 531 30% - 637 40% - 637 40% - 64711	seo de crédito 31.12.2015 tisseo Carteira 87.965 87.965 4440 15% 54.448 (54,4) 3% 7.102 (213) 10% 531 (53) 30%	31.12.2015 31.12.2015 31.12.2015 31.12.2015 31.12.2015 31.12.2015 31.12.2015 31.12.2015 31.12.2015 31.20.2015 31.

Bens não de uso próprio
Material em estoque
Provisão para desvalorização de outros valores e bens
Despesas antecipadas.
Comissões sobre operações de crédito
Deságio p/intermediação CDB
Comissão s/captação de depósitos
Outras despesas antecipadas
Total

12 Depósitos		
O saldo da conta "Depósitos", no Circulante	e e no Não Circulan	te, encontra-
-se representado por:		
* *	31.12.2015	31.12.2014
Depósitos à vista	Circulante	Circulante

radas (Nota 19)

De pessoas físicas

De pessoas jurídicas			3.181	13.667
Depósitos vinculados			224	103
Saldos Credores - contas				
financiamentos			-	6
Contas encerradas			1	-
Total - Circulante			7.073	17.151
			31.12.2015	31.12.2014
Depósitos interfinanceir	os		Circulante	Circulante
De instituições financeira		las	4.007	4.285
Sem garantia, sem acordo			4.007	4.029
Sem garantia, com acordo o				256
Total - Circulante			4.007	4.285
		2.2015		2.2014
		Não	Não	
Depósitos a prazo	Circulante	Circulante (CirculanteCi	rculante
Com certificado	311.804	180.454		
De pessoas ligadas				
(Nota 19)	39.430	17.708	23.572	13.531
De pessoas físicas	26.688	36.348		
De pessoas jurídicas	7.704	9.689		26.891
De institucionais	237.982	116.709	81.192	
Sem garantia	237.982			70.360
Com garantia de				
operações de crédito				
consignado (i)	-	-	408	
Sem certificado - RDB				
De pessoas físicas	118	186	-	

garantia especial FGC... De pessoas jurídicas....

De institucionais

Em 01/01/2015...

Saldo em 31/12/2015

364.522

- 48.050 - 2.704 180.640 164.072

Ciassificação abaix	U.					
Depósitos	Até 3	De 3 a	De 1 a	De 3 a	De 5 a	Total
a prazo	_meses 1	2 meses	3 anos	5 anos	15 anos	Total
De pessoas ligadas.	13.510	25.920	17.708	-	-	57.138
De pessoas físicas	7.793	18.895	36.348	-	-	63.036
De pessoas						
jurídicas	3.721 3.983	9.989	-	-	17.393	
De institucionais	103.043	134.939	116.709	-	-	354.691
De RDB pessoas						
fisicas	32	86	186	-	-	304
De pessoas						
jurídicas - com						
garantia esp. FGC	32.908	16.289	-	-	-	49.197
De institucionais -						
com garantia esp.						
FGC	1 139	2 264	_	_	_	3.403
Total em 31.12.201	5 162.146	202.376	180.640			545.162
Total em 31.12.201	4 66 458	97 614	219 534			383.606
13 Recursos de aceit						202.000

B Recursos de aceites e emissão de título O saldo da conta "Recursos de aceites e e no Não Circulante, está segregado por issão de títulos", no Circulante

IRPJ 93

101

Depósitos Judiciai

39

402

1.668

9.044

9.547

1.012

263 363

2 - Classificaçã	o por ativid	lade econômica:				
	31	.12.2015	31.12.2014			
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira		
Atividade econômica						
Indústria	-	1%	-	-		
Comércio	297	2%	7.082	99%		
Serviços	27.661	13%	-	-		
Pessoa física	73.088	84%	2	1%		
Totais	101.046	100%	7.084	100%		
3 - Classificaçã	o por prod	uto:				
		31.12.2	2015	31.12.2014		
			% da	% da		

comsomenção por productor	31.12	31.12.2015		31.12.2014		
		% da		% da		
	Carteira	Carteira	Carteira	Carteira		
Classificação por produto						
Cartão de crédito pós pago	1	-	2	1%		
Aquisição de crédito - Recebiveis						
de Cartões de créditos	27.958	28%	7.082	99%		
Aquisição de créd Recebíveis	27.500	2070	7.002	,,,,		
de financiamentos imobiliários	73.087	72%	_			
Totais	101.046	100%	7.084	100%		
4 - Classificação por prazo:	101.040	10070	7.004	10070		
4 - Ciassincação poi prazo.	21.12	2.2015	31.12	2014		
	31.12		31.12			
		% da		% da		
	Carteira	Carteira	Carteira	Carteira		
Prazos de vencimento						
Vencidas	1.036	1%	-	-		
A vencer até 30 dias	10.643	11%	2.198	31%		
A vencer de 31a 60 dias	4.260	4%	1.494	21%		
A vencer de 61 a 90 dias	5.405	5%	1.278	18%		
A vencer de 91 a 180 dias	11.350	11%	1.691	24%		
A vencer de 181 a 360 dias	3.641	4%	423	6%		
A vencer após 360 dias	64.711	64%	-	-		
Totais	101.046	100%	7.084	100%		

11 Outros valores e bens
O saldo do grupamento "Outros valores e bens", no Circulante e no Não Circulante, encontra-se representado por:

31.	12.2015	31.1	2.2014
Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
3.149	800	2.010	1.019
28	-	15	-
(627)	(800)	-	(1.019)
3.306	2.154	630	1.190
873	12	302	54
2.056	1.938	229	988
180	122	-	-
197	82	99	148
5.856	2.154	2.655	1.190

	31.12.2015		31.12.2014		
		Não		Não	
	<u>Circulante</u>	Circulante	Circulante	Circulante	
De pessoas ligadas	244	-	2.650	-	
De pessoas físicas	4.072	221	-	-	
De pessoas jurídicas	-	-	70	-	
De institucionais	9.844	8.549	5.235	4.614	
Total - Circulante	14.160	8.770	7.955	4.614	
Os recursos de aceites e er	nissão de títu	los são comp	ostos, em su	a totalidade,	
por Letras de Crédito Ime	obiliário (LC	 emitidas p 	elo próprio	Banco, com	
taxa de remuneração médi	ia de 99% do	CDI.			

14 Outras obrigações

nto "Outras obrigações", no Circulante e no Não Circu-

lante, está composto por:					
, , ,	31.12	2.2015	31.12.2014		
		Não		Não	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	
Cobrança e arrecadação					
de tributos	420	-	367	-	
Sociais e estatutárias	4.250	-	2.890	-	
Fiscais e previdenciárias (i	8.915	13.991	5.321	7.694	
Diversos	8.073	8.584	4.666	8.053	
.Cheque administrativo	16		828		
.Provisão para					
pagamentos a efetuar	5.180	-	807	-	
.Provisão para passivos					
contingentes (ii) - Vide					
Nota 14b	8	5.196	387 5	.204	
.Credores diversos - País	2.869	3.388	2.644	2.849	
Total	21.658	22.575	10.354	15.747	
(i) A rubrica "Fiscais e prev	idenciárias'	pode ser sin	teticamente o	lemonstrada	
na forma seguinte:					
	21.11	2015	21 12	2014	

_	31.12.2015		31.12.2014		
Fiscais e previdenciárias	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Impostos e contribuições sobre lucros-base correntes	6.938	-	3.893	-	
Impostos e contribuições a recolher	1.977	-	1.427	-	
Provisão para impostos e contribuições diferidos	-	297	-	10	
Provisão para riscos fiscais (ii) - Vide Nota 14a		13.694		7.684	
Total Os saldos das provisões pa		13.991 cais estão ass	5.320 im demonstr	7.694 ados:	
occument and provided pa					

	31.12.2015		31.12.	2014
		Não		Não
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
rovisão para imposto				
e renda (2)	-	1.012	-	157
rovisão para				
ontribuição social (2)	-	1.232	-	80
rovisão para PIS (1)	-	9.128	-	7.447
rovisão para INSS (2)	-	2.322	-	-
otal		13.694		7.684

(1) O provisionamento está representado, substancialmente, pela con-(1) O provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes de Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, em 31 de dezembro de 2015, equivale a R\$9.044 (R\$7.376 em 2014), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 10 - Outros créditos. (2) Parte do posicionamento no total de R\$1.748 e R\$2.322, trata-se do Processo de Impugnação dos Autos de Infração nº 15501.726886/2012-63 (MPF nº 0610100.2010.02054) em decorrência de a Receita Federal não ter admitido a dedutibilidade das despesas com pagamentos realizados a um correspondente (empresa ligada) e Processo de Impugnação do Auto de Infração nº 15504.723181/2015-37 lavrado em decorrência de suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias uo Auto de intração nº 15504.723181/2015-37 lavrado em decorrência de suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pela empresa, inclusive aquelas destinadas ao financiamento dos beneficios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa (GILRAT), bem como aquelas devidas a terceiros. As movimentações da provisão para riscos fiscais estão assim demonstradas:

visão para Riscos Fiscai INSS CSLL 2.322 1.715 855 1.152 1.681 6.010

9.128

2.322

13.694

1.232

	Depósitos Judiciais					Provisão p	ão para Riscos Fiscais		
	IRPJ	CSLL	PIS	Total	IRPJ	CSLL	PIS	COFINS	Total
Em 01/01/2014	87	340	6.155	6.582	147 75	6.215	3.338	9.775	
Adições	6	23	1.221	1.250	10	5	1.232	293	1.540
Baixas								(3.631)	(3.631)
Saldo em 31/12/2014	93	363	7.376	7.832	157	80	7.447	-	7.684
(ii) Provisões para passivos contin						31.12	2.2015	31.12.	.2014
As provisões para contingências e				Níveis					
cíveis, trabalhistas e provisões par	ra operações de	e crédito com	coobrigação,	de risco	% de Risco	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
conforme demonstrado no quadro	abaixo:			Δ	0.5%		(1)	1.299	(6)
3	31.12.2015	31.12.	.2014	R	1%		(1)	3	(0)
	Não		Não	D	1/0			1.5	(1)

Circulante Circulante Circulante Provisão para operações coobrigação (i)... Provisão para rise trabalhistas (ii)... 1 905 1 44

montante de R\$8 (R\$394 em 2014).

		31.12.2015		31.12.2014						
Níveis										
de risco	% de Risco	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão					
A	0,5%	74	(1)	1.299	(6)					
В	1%	-		3						
C	. 3%	3	-	15	(1)					
D	. 10%	4	-	16	(2)					
E		-	-	4	(1)					
F	. 50%	-	-	6	(3)					
G	. 70%	-	-	8	(5)					
H	. 100%	7	(7)	376	(376)					
Totais (a)		88	(8)	1.727	(394)					
Circulante		(88)			(387)					
Não circulante.					(7)					
(2) Provisão para riscos cíveis e trabalhistas										
	A 1::1:									

(2) i rovisad para i susce victis e traditinistas. Adicionalmente, também compõe a rubrica "Provisão para passivos contingentes" o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que o Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos, cuja composição pode ser sumariada na forma seguinte:

Em 31 de dezembro de 2015, as contingências avaliadas, de naturezas tra-

balhista e cível, como perda possível, para as quais não há provisão, totali zavam R\$1.566 (R\$6.091 em 2014). A movimentação da provisão para contingências está assim demonstrada:

	Depósitos Judiciais			Provisão para Contingências				
Movimentação do Exercício	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total	
Em 01/01/2015	719	760	1.479	1.447	3.652	98	5.197	
Adições	156	51	207	458	-	7	465	
Baixas	-	-	-	(466)	-	-	(466)	
Saldo em 31/12/2015	875	811	1.686	1.905	3.186	105	5.196	
	Depós	Depósitos Judiciais			Provisão para Contingências			
Movimentação do Exercício	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total	
Em 01/01/2014	618	673	1.291	2.317	3.211	98	5.626	
Adições	101	87	188	-	835	3	838	
Baixas	-	-	-	(870)	(394)	(3)	(1.267)	
Saldo em 31/12/2014	719	760	1.479	1.447	3.652	98	5.197	

(iii) A composição da rubrica "Credores diversos - País" pode ser sumarizada

da seguinte forma.	31.12	2.2015	31.12.2014			
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		
Cobrança a liquidar Recebimentos de créditos						
cedidos a repassar	185	3.388	743	2.849		
Contribuições para o FGC	210		272			
Contratos de operações de crédito a liberar	753		390			
Créditos a baixar de		_		-		
operações de crédito	748	-	746	-		
Fornecedores diversos Conta gráfica - Alienação	542	-	364	-		
- Ações Emblema	10	-	10	-		
Créditos a devolver de						
descontos consignados	25	-	43	-		
Outros credores diversos	396	-	76	-		
Total	2.869	3.388	2.644	2.849		

mit açoes ortimarias institutados en en esta elebiteração de Assembleia Geral de Acionistas, foi aprovado um aumento do capital social de R\$2.890, representado por 1.445 mil ações ordinárias nominativas e 1.445 mil ações preferenciais nominativas e sem valor nominal do capital social, cujo processo de homologação foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 24 de novembro de 2015. Em 19 de agosto de 2015, a família Azevedo, controladora do Banco, adquiriu dos acionistas preferencialistas todas as ações PN, passando a ser detentora de 100% do capital coral da Instituição.

dos acionistas preferencialistas todas as açoes PN, passando a ser 100% do capital social da Instituição.

b. Reservas
A reserva de lucros é representada pela reserva legal, que é const de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capite como pela reserva de retenção de lucros. O lucro do exercício foi ab practificas carumilados.

prejuízos acumulados.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, 10% do lucro líquido, ajustado pela diminuição ou pelos acréscimos dos valores especificados nos itens I, II e III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.040/19%, será destinado ao pagamento minimo obrigatório aos acionistas, mediante proposta do Conselho de Administra-Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976, será destinado ao pagamento mi-nimo obrigatório aos acionistas, mediante proposta do Conselho de Administra-ção, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado, e será compensado por dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio que já tenham sido declarados. Os juros sobre capital próprio, no montante de R\$5.000 (R\$4.250, liquido de tributos) está destinado ao aumento do capital próprio conforme descrito na nota 15.50.

16 Gestão de riscos e capital

O Banco vem disseminando ao longo dos últimos anos a importância do geren-ciamento de riscos e de capital na gestão de seus negócios, visando à sustenta-bilidade e à transparência de suas informações que contribuem para o fortaleci-mento do mercado financeiro e das relações com os seus acionistas e as partes interespodo;

interessadas.

O gerenciamento de riscos e de capital é parte integrante e fundamental das atividades do Banco. A gestão rigorosa e abrangente dos riscos proporciona estabilidade nos resultados financeiros e contribu jara a geração de valor para a crisão de valor para carição de um banco sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

**Directo do sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

a. Risco de crédito o "orico de crédito" decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados; à desvalorização de contratos de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; à redução de ganhos ou remunerações; às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, conforme art. 2º da Resolução nº 3.721/2009 do Conselho Monetário Nacional (CMN).
O Banco faz a pessão do risco de crédito atrayés da implementação de notificas

Monetário Nacional (CMN).

O Banco faz a gestão do risco de crédito através da implementação de políticas de crédito específicas a cada segmento em que o Banco opera, nas quais são evidenciados alçadas de aprovação, sistemas operacionais, rotinas, limites operacionais, vedações, revisão e aprovação, dentre outras questões relevantes. Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira de crédito da Institução, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros. Os procedimentos adotados pelo Banco para manter o risco de crédito institucional em níveis aceitáveis estão devidamente formalizados na "Política de Gerenciamento de Risco de Crédito", a qual é revisada, no mínimo, anualmente pelo Conselho de Administração.

b. Risco de liquidez

Conselho de Administração. b. Risco de liquidez: O "risco de liquidez" é definido como "a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar operações diárias e sem incorrer em perdas significativas", bem como "a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume geralmente tran-sacionado, ou em razão de alguma descontinuidade em relação ao mercado" conforme art. 2º da Resolução nº 4.090/2012 do Conselho Monetário Nacional ("CMN)

(CMN).

O gerenciamento do risco de liquidez no Banco tem por objetivo controlar os direntes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim
como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições
financeiras, procurando garantir:

O pagamento de obrigações e compromissos assumidos com clientes, fornecedores e acionistas;

A capacidade de financiar o crescimento dos ativos de maneira sustentável, sem comprometer o pagamento dos compromissos assumidos;
A sustentabilidade do Banco nos mais diferentes cenários, sempre testando tal sustentabilidade em ambientes mais severos.
Os papeis e as responsabilidades da estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez no Banco estão distribuídos entre diferentes níveis hierárquicos: Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê e Gerência de Riscos.

A principal ferramenta de acompanhamento do risco de liquidez é a análisi do fluxo de caixa projetado, que inclui todos os ativos e passivos expostos do

Risco de mercado
O risco de mercado é definido, de acordo com a Resolução nº 3.464/2007 do
Conselho Monetário Nacional (CMN), "como a possibilidade de ocorrência
de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detridas pelo Banco. Tal definição abrange todas as posições de risco classificadas
como aquelas que sofrem interferência da variação cambial, das taxas de juros,
dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities)".
O gerenciamento de risco de mercado no Banco consiste na análise detalhada
do perfil da cartejar a dos fotores de risco a que está sujeita avaliando os ni-

O gerenciamento de risco de mercado no Banco consiste na análise detalhada do perfil da carteira e dos fatores de risco a que está sujeita, avaliando os niveis de exposição e sua conformidade com as definições internas, visando ao enquadramento e ao acompanhamento das posições em risco. Este processo envolve várias áreas, que possuem atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente na mensuração e no controle do risco de mercado, definido parâmetros, diretires e limites operacionais de exposição ao risco de mercado detido pelo Banco em patamares que propiciem:

A proteção dos ativos e dos passivos contra a volatilidade das taxas e dos preços de mercado, incluindo a preservação do capital do Banco;

O atendimento às necessidades cumulativas de geração de valor para acionistas, clientes e contrapartes;

de mercado, incluindo a preservação do capital do Banco;
O atendimento às necessidades cumulativas de geração de valor para acionistas,
clientes e contrapartes;
O atual modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente aos cenários
formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as
posições assumidas pela Instituição.
Além do acompanhamento diário das exposições asos diversos fatores de risco,
o risco de mercado no Banco também é avaltado por cinco medidas principais;
Value at Risk (VaR), Testes de Estresse (Stress Testing), posições, sensibilidades e testes de aderências (Backtesting).
d. Risco operacional de definido como sendo "a possibilidade de ocorrência de
perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos,
pessoas e sistemas, ou de eventos externos", conforme dizeres da Resolução
nº 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN).
O gerenciamento do risco operacional no Banco é composto por políticas, normas e procedimentos que asseguram um controle compatível com a natureza
de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, as atividades,
os processos, os sistemas e a extensão da exposição aos riscos, proporcionando uma gestão efeitus.
O gerenciamento do risco operacional no Banco esta segmentado sob dois
enfoques, o qualitativo e o quantitativo.
Qualitativa

Qualitativa A abordagem qualitativa é composta por metodologias, ferramentas de contro le, ações de mitigação e relatórios gerenciais que específicam o controle do processos conduzidos em todas as áreas do Banco. Todos os colaboradores que fazem parte ou participam das atividades desen volvidas na Instituição estão comprometidos quanto à identificação, à ava liação, ao monitoramento, ao controle e à mitigação dos riscos operacionai:

ntes ao Banco.

liação, ao monitoramento, ao como e a ilimaterio.

Quantitativa

A abordagem quantitativa é composta pelo acompanhamento contábil das perdas originadas pelos incidentes de risco operacional. A área identifica a origem de sua ocorrência e a associa com as linhas contábeis específicas do COSIF. Esta dinâmica permite a realização periódica de consistências quanto à perda estimada em relação à perda realizada e aos incidentes registrados.

c. Gerenciamento de capital e limites operacionais.

De acordo com a Resolução nº 3.988/11 do Conselho Monetário Nacional (CMN), define-se o gerenciamento de capital como processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e planejamento de metas e de necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Com o intuito de garantir a efetividade do gerenciamento de capital, a organização estrutural contempla uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrigim as deficiências.

O Banco, em seu gerenciamento de capital, adota uma postura de antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. Dentro deste contexto, o Banco tem como objetivo:

- Assegurar a solvência, a liquidez e o adequado nivel de retomo sobre o capital; Implantar e manter processos de gerenciamento de capital que possibilitem a identificação e a avaliação dos riscos relevantes.

- Manter adequado o capital regulatório em conformidade com as regras estipuladas pelo órgão regulador "Acordo de Basileia";

- Garantir que os processos de gerenciamento de capital cumpram a regulamentação vigente e estegiam alinhados com as melhores práticas nacionais e

ladas pelo órgão regulador "Acordo de Basileia";
Garantir que os processos de gerenciamento de capital cumpram a regulamentação vigente e estejam alinhados com as melhores práticas nacionais e
internacionais de gestão;
Identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos inerentes
aos produtos, aos serviços e às operações, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente acerca dos limites de exposições aceitos.
Em outubro de 2013, entraram em vigor as novas regras de mensuração do
capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução
CMN nº 4,192/13, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos.

2° Sem/2015 31.12.2015 31.12.2014 4.249 4.822 633 33

86

891 114

6.902

5 981

89

632

(10.431)

(6.918)

(56.651)

(30.178)

(2.812)

(601)

(3.129)

(6) (2.092) (3.296)

(70)

(10.081)

(7.496 (6.828

(5.847

2.164

24.286 17.475

5.709

(13.066)

(1.534)

(1.038)

(493) (3.446)

(616)

(84)

(3.681)

(228)

(23)

(6) (929)

(33)

31

371 108

6 137

17

365

(6 307)

(51.542)

(4.828)

(707)

(2.404)

(1) (949)

(3.860)

(5.481)

(5.774) (5.402)

(753) (4.633)

(16)

18.869 339

3.800

1.421 **14.500**

10.013

3.570

614

(6.768)

(4.123)

(834) (160)

(7)

(27)

(7)

(70)

50

495 52

3.751

3 171

58

397

(5.914) (841)

(1.051) (4.017)

(26.437)

(11.854)

(1.548)

(240)

(1.637)

(1) (1.230)

(34)

(5 622)

(3.216)

12.684

9 187

2 930

462

(9.446)

(740)

(764)

(2.138)

(616)

(84)

(3.681)

(228)

(18)

(2) (425)

(271)

(5)

04/04



Receitas (despesas)

Rendas de co

operacionais Receitas de prestação de serviços:.. le comissão de co le comissão pela ltação recebíveis

issão de agenciamento de seguros Rendas de garantias prestadas.... Rendas de intercâmbio de cartão

outras rendas de serviços prestados.
Rendas de tarifas bancárias:
Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF

Receitas de saque, transf. e outras rendas - PF

Receitas de confecção de cadastro - PJ...

ncargos sociais ..

Outras despesas administrativas:..

Despesas de honorários de Diretoria

Receitas de transferência de recursos - PJ..

Receitas de operações de crédito....
Receitas de operações de crédito e outras rendas - PJ....

Despesas de pessoal:....
Beneficios

ssões sobre operações de

sas de indenizações

sas de marketing e

Despesas de serviços do SFN..........

Despesas de serviços técnicos

Despesas de processamento de dados Despesas de seguros

especializados Despesas bandeira cartão de crédito

Despesas tributárias:.. Tributos federais.....

Tributos estaduais ... Tributos municipais

Outras provisões

Total

COFINS (a).

espesas de outros serviços terceiros

ais despesas administrativas ...

ISS
Outros tributos municipais
Outras receitas operacionais:
Recuperação de encargos e despesa
Reversão de provisões operaciona

Rendas de acordos operacionais..... Outras rendas operacionais.

ira adquirida de

Prov.carteira adquirida de recebivéis

recebivéis de Cred.Imobiliários

Outras provisões para perdas operacionais

Perdas com fraudes - CDC/

tras despesas operacionais

Provisão para riscos fiscais.

pers. de cred. cedidos

BANCO SEMEAR S.A.

CNPI: 00.795.423/0001-45

Av. Afonso Pena, 3.577 - 3º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

O cálculo do capital regulatório do Banco para a cobertura de risco baseia-se na Resolução nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional

quadro abaixo demonstra a a	ipuração do muice de basileia m.
DLO - Demonstrativo	de Limites Operacionais Índice
de Rasiléia - l	Referência 31 12 2015

DLO - Demonstrativo de Limites Operaciona de Basiléia - Referência 31.12.2015	is Índice	
Detalhamento das Margens de Requerimento Relativ	amente a	o RWA
Descrição	2015	2014
Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	87.936	83.937
Patrimônio de Rferêrcia (PR)	87.936	83.937
Excesso dos Rectrsos Aplicados no Ativo Permanente.		
Capital Destacado para O peraçees com o setor público		
Ativos Ponderados porRrisco (RWA)	531.380	407.052
RWA pra Risco de Crédito por Abordagem Padronincla		
- RWAcpad	552.022	374.993
RWA para Risco de Itokrcado	5.139	3.672
RWA para Risco Operacional por Abordagem		
Padronizada - RWAOPAD	24.219	28.387
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	23.984	39.161
Patrimônio de Referência IVEnizno Requerido pra o RWA	63.952	44.776
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nivel		
1 Requerido	53.053	59.514
Patrimônio dereferência nivel 1 para comparação		
com RWA	87.936	83.937
Patrimônio de referência nivel 1	87.936	83.937
Patrimônio de Referência nitel 1 Mínimo		
Requerido para o RWA	34.883	24.423
Margem Sobre o Capital Principal Requerido		65.620
Capital Principal para comparação com RWA	87.936	83.937
Capital Principal - CP	87.936	83.937
Capital Principal Minato Requerido para o RWA	26.162	18.317
Margem Sobre o PR Considerando RBAN	22.819	38.301
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para		
o RWA e para Rban		45.136
Valor Correspondente ao Rban		360
Capital Principal Mínimo Requerido para Manutenção de		
Instrumentos Elegiveis ao Capital Complementar	29.796	20.861
Capital Principal Mínimo Requerido para Manutenção		
de Instrumentos Elegiveis ao Nivel II		18.317
Índice de Basileia (ĽB		20,62%
Índice de nível 1 (IN1):	15,13%	20,62%
Índice de Basileia AMPL (ICP):	15,13%	20,62%
Índice de Basileia Ampliado (ÍBA):	14,85%	20,46%
Índice de Nível 1 (IBA IN1):		20,46%
O cumprimento dos limites acerca do capital regulatório é	estritame	nte obser-
vado pelo Conselho de Administração		

A Instituição, em 31 de dezembro de 2015, atingiu o índice de 14,85%

mo requerido é de 11,00%

enquanto o mínimo requerido é de 11,00%.

Os principios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos do Banco, bem como a estrutura constituida para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes encontram-se disponíveis no site www.bancosemear. com.br, na área de Gestão de Riscos.

78 Receitas e despesas da intermediação financeira
A composição das receitas e das despesas da intermediação financeira no semestre pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

Receitas da Intermediação Financeira
2° Sem/2015 31.12.2015 31.12.2015

Receitas da Intermediação Financi	eira		
2	° Sem/2015	31.12.2015	31.12.2014
Operações de crédito:	92.117	170.633	126.595
Rendas de empréstimos	29.803	48.218	24.589
Capital de giro	14.580	23.083	11.374
Titulos descontado	5	20	149
Conta garantida	190	484	443
Crédito pessoal	15.028	24.631	12.623
Adiantamento a depositante	55	80	-
Rendas de financiamentos	59.144	116.755	98.614
Crédito Direto ao			
Consumidor (CDC)	59.143	116.753	98.613
Crédito Direto ao Consumidor			
com Interveniência (CDCI)	1	2	1
Recuperação de créditos	170	5.635	3.407
Resultado da cessão de créditos.	(55)	(55)	(15)
Resultado de operações com	(55)	(55)	(15)
títulos e valores mobiliários:	9.507	14.520	6.900
De aplicações interfinanceiras	71007	111020	
de liquidez	5.506	7.275	1.060
De títulos e valores mobiliários	4.001	7.245	5.840
Rendas de títulos de renda fixa	(3)	3.796	6.744
Prejuízo com títulos de renda fixa	(430)	(798)	(660)
Ajustes títulos de renda fixa a valor	(450)	(170)	(000)
de mercado	4.434	4.247	(244)
Operações com característica de	7.757	7.2-7/	(244)
concessão de créditos	5.143	5,769	1.235
Total	106.767	190.922	134.730
Despesas da intermediação finance		170.722	134.730
	2° Sem/2015	31.12.2015	31.12.2014
Operações de captação no mercado:	(43.870)	(75.054)	(37.877)
Despesas de depósitos	(43.670)	(73.034)	(37.677)
interfinanceiros	(301)	(570)	(677)
Despesas de depósitos a prazo	(41.238)	(70.081)	(34.955)
Despesas de depositos a piazo Despesas de operações	(41.236)	(70.061)	(34.933)
compromissadas		(21)	(569)
Despesas de letras de créditos	-	(21)	(309)
imobiliarios	(1.709)	(3.168)	(22.4)
Outras despesas de captação (FGC)		(1.214)	(334)
	(622)	(1.214)	(1.343)
Provisão para créditos de	(40.676)	(471 224)	(40.650)
liquidação duvidosa	(40.676)	(471.234)	(40.650)
Total	(84.546)	(146.288)	(78.528)
Resultado bruto da intermediação	22 221	56 202	44.624
financeira	22.221	56.202	44.634
8 Receitas e despesas operacionais			
A composição das receitas e das de	spesas opera	cionais no se	mestre pode
ser demonstrada na seguinte forma:			

(24.724) (49.170) ição social nos resultados do

2° Semestre/2015 31.12.2015		31.12.2014				
Discriminação	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações estatutárias	(8.074)	(8.074)	(10.192)	$\overline{(10.192)}$	5.856	5.856
Participações dos empregados	(578)	(578)	(648)	(648)	(525)	(525)
Adições (exclusões) permanentes	255	264	661	686	1.215	1.229
Diferenças temporárias ativas diferidas (a)		26.409	33.936	33.936	7.814	7.814
Diferenças temporárias passivas diferidas (b)	(119)	(119)	686	686	(43)	(43)
Resultado líquido ajustado	17.893	17.902	24.443	24.468	14.317	14.331
(-) Prejuízo fiscal/base negativa (d)		(5.371)	(7.333)	(7.340)	(4.295)	(4.299)
Base de cálculo tributável (c)		12.531	17.110	17.128	10.022	10.032
Alíquota-base	(1.878)	(884)	(2.566)	(1.573)	(1.503)	(1.505)
Diferença de aliquóta CSLL		(1.328)	-	(1.328)	-	
Alíquota adicional		- (1.687)	-	(978)	-
Incentivo fiscais		-	216	-	93	-
Totais - Valores correntes		(2.212)	(4.037)	(2.901)	(2.388)	(1.505)
Diferença - Prov. do exercício anterior			394	100		
Ajustes - Valores correntes		(2.212)	(3.643)	(2.801)	(2.388)	(1.505)
Base de cálculo tributável (b)	(119)	(119)	686	686	(43)	(43)
(+/-) Ajuste à base de cálculo		183	(49)	(41)	35	36
Passivo fiscal diferido	30	(16)	(159)	(129)	(2)	(1)
	(2.883)	(2.228)	(3.802)	(2.930)	(2.390)	(1.506)
Base de cálculo tributável (a)		26.409	33.936	33.936	7.814	7.814
(+/-) Ajuste à base de cálculo			(2.167)	(2.167)	-	4.799
Diferenças temporárias		12.243	7.942	13.047	1.954	1.892
Base de cálculo tributável (d)		(5.371)	(7.333)	(7.340)	(4.295)	(4.299)
(+/-) Ajuste à base de cálculo			649	657	-	-
Prejuízo fiscal/base negativa		(499)	(1.671)	(695)	(1.074)	(645)
Ativo fiscal diferido		11.744	6.271	12.352	880	1.247
Totais - Geral	2.377	9.516	2.470	9.422	(1.511)	(259)
20 Transações com partes relacionadas						
a. Sumário das transações						

	31.12.2015				31.12.2014			
Títulos a Créd. a Receber	Depósitos à vista	Depósitos à prazo	Letras de créditos Imobiliários	Receitas (despesas) no período	Depósitos à vista	Depósitos à prazo	Letras de créditos imobiliários	Receitas (despesas) do período
-	-	2 007	-	(11)	3	603	-	(420)
73.087	3.457	54.449	244	(19.362)	1.659	36.848		(566)
73.087	3.457	57.138	244	(19.752) (i)	1.662	38.834	70	(31.239)
27.959	3.616	488.024	22.686	(10.752)	15.489	344.772	12.499	(31.239)
36.335	3.883	180.768	6.961	(19./32)	17.151	164.072	7.955	(31.239)
64.711 101.046	3.883	251.539 432.307	16.936 23.897		17.151	219.534 383.606	4.614 12.569	
	73.087 73.087 73.087 27.959 101.046 36.335 64.711	Créd. a Receber Depósitos à vista 73.087 3.457 73.087 3.457 27.959 3.616 101.046 7.073 363.31 3.883 64.711 3.883	Titulos a Créd. a Receber Depósitos à vista a vista Depósitos à prazo - - 2 2,687 73.087 3.457 54.449 73.087 3.457 57.138 27.959 3.616 488.024 101.046 7.073 545.162 36.335 3.883 180.768 64.711 - 251.539	Titulos a Créd.a Receber Depósitos a vista a vista Letras de créditos mobiliários - 2 - 73.087 3.457 54.449 244 73.087 3.457 57.138 244 27.959 3.616 488.024 22.686 101.046 7.073 545.162 22.930 36.335 3.883 180.768 6.961 64.711 - 251.539 16.936	Titulos a Créd. a Receber Depósitos a vista a prazo Letras de créditos Imbiliários Receitas (despesa) no período - 2 - (11) (379) 73.087 3.457 54.449 244 (19.362) 73.087 3.457 57.138 244 (19.752) (i) 27.959 3.616 488.024 22.686 - 101.046 7.073 545.162 22.930 (19.752) 36.335 3.883 180.768 6.961 64.711 - 251.539 16.936	Titulos a Créd. a Receber Depósitos a vista Letras de Imbiliários Receitas (despesas) no período Depósitos à vista - - - 2 - (11) 3 73.087 3.457 54.449 244 (19.362) 1.659 73.087 3.457 57.138 244 (19.752) (i) 1.662 27.959 3.616 488.024 2.2.686 - 15.489 101.046 7.073 545.162 2.2.930 (19.752) 17.151 36.333 3.883 180.768 6.961 17.151 7.151 64.711 - 251.539 16.936 - 1.5.489	Títulos a Créd. a Receber Depósitos à vista Letras de inpolitàrios Receitas (despesas) no período Depósitos à vista Depósitos à prazo - - - 2 - (11) 3 603 73.087 3.457 54.449 244 (19.362) 1.659 36.848 73.087 3.457 55.138 244 (19.752) (i) 1.662 38.834 27.959 3.616 488.024 22.686 - 15.489 344.772 101.046 7.073 545.162 22.930 (19.752) 17.151 383.606 36.333 3.883 180.768 6.961 17.151 164.072 46.711 - 251.539 16.936 - 12.934	Titulos a Créd.a Receber Depósitos à yraza Letras de Imbiliários Receitas (despesas) no período Depósitos à vista Depósitos à prazo Letras de créditos imbiliários - - - 2 - (11) 3 603 - 73.087 3.457 54.449 244 (19.362) 1.659 36.848 - 73.087 3.457 57.138 244 (19.752) (i) 1.662 38.834 - 27.959 3.616 488.024 22.686 - 15.489 344.772 12.499 101.046 7.073 545.162 22.930 (19.752) 17.151 383.606 12.569 36.333 3.883 180.768 6.961 71.7151 164.072 7.955 64.711 - 251.539 16.936 - - 12.954 4.614

(i) As despesas realizadas com partes relacionadas nos exercícios referem-se a:
 RS14.854 (R\$27.143 em 2014) provenientes de serviços de intermediação que originaram de operações de CDC e Empréstimo Pessoal, com produção total

- originaram de operações de CDC e Emprestimo Pessoal, com produção total de R\$33,952 no exercício.

 R\$512 (R\$503 em 2014) provenientes de despesas com aluguéis e condo-

RS512 (RS503 em 2014) provenientes de despesas com aiugueis e conuominio do semestre.
RS3.602 (RS1.170 em 2014) proveniente de serviços de cobrança e apoio administrativo prestados do exercício.
RS3.391 proveniente de receita pelos serviços de análise, verificação e avaliação de créditos e garantias prestados no exercício.
RS100 referentes a doação à entidade filantrópica ligada.
As captações e as transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazos têm taxa máxima de 110% do CD1 e prazo máximo de vencimento em 5 de maio de 2020.
b. Remuneração da Administração:
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2 (t), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921/10, o Banco passou a estabelecer anualmente, através de Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos Administradores, que é acordada entre a Administração e a Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

 $\begin{array}{c|c} 30.06.2015 \\ \hline 28 \\ 6 \end{array} \begin{array}{c} 30.06.2014 \\ \hline 41 \\ 09 \end{array}$

Conselho de Administração

Artur Geraldo de Azevedo - Presidente Ricardo Ozanan Silveira de Azevedo - Vice-presidente Aguinaldo Lima Azevedo Sobrinho - Conselheiro Jairo Siqueira de Azevedo - Conselheiro Maria José Siqueira de Azevedo Fialho - Conselheiro

Diretoria

Artur Geraldo de Azevedo - Presidente Roberto Willians Silva Azevedo - Vice-presidente

Maria Aparecida F. de Souza Costa - Contadora - CRC-MG: 48852/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

- MG

Belo Horizonte - MG Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Se-mear ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do património líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contâbeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações fi-nanceiras

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações fi-nanceiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequa-da apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições auto-rizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevan-te, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade dos auditores independentes cordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter regurança razoável de que as demonstrações financeiras estáco livres de distorção relevante.

e que a dumorta soja paraguara e consegurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação do riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira do banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dessese controles internos do banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. e a razoabilidade da bem como a avaliaçi tomadas em conjunt Acreditamos que a

editamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apro da para fundamentar nossa opinião.

a opinião as demonstrações financeiras acima referidas an em nossa opinido, as demonstrações financeiras acima referidas apre-entam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição atrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2015, o de-empenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis dotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar selo Banco Central do Brasil.

Banco Central do Brasil.
Belo Horizonte, 23 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/0-6 F-MG
Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/0-3

SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS E CASAS DE SAÚDE DO ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ nº 17.450.123/0001-27 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Em cumprimento das disposições do artigo 56, do Estatuto sindical, os Estabelecimentos associados do Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde do Estado de Minas Gerais, abaixo-assinados, por seus representantes, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCAM os demais Estabelecimentos associados quites e em pleno gozo de seus representantes, no uso de suas atribuições estatutarias, CONVOCAM os demais Estabelecimentos associados quites e em pleno gozo de seus direitos sociais, que este edital virem ou dele tomarem conhecimento, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA, a realizar-se no dia 06 de junho de 2016, segunda-feira, em primeira convocação, às 14 horas, com metade mais um dos associados e não havendo quórum, em segunda convocação, às 15 horas, com qualquer número de associados, no seguinte local: em sua sede, na cidade de Belo Horizonte/MG, na Rua Carangola, n° 225, Bairro Santo Antônio; para discutir e votar a seguinte Ordem do Dia: 1) Deliberação e aprovação da prorrogação, por 12 meses, do mandato da atual Diretoria, bem como do Conselho Fiscal, enquanto pendente a definição judicial sobre a Ação Declaratória de Nulidade de Registro Sindical proposta por este Sindicato Patronal contra o Sindicato Patronal de Três Corações/MG processo 0051-18.2016.5.10.0011-, no intuito de viabilizar a realização de Eleições dos mencionados órgãos, cabendo-lhes desempenhar, regularmente, suas atribuições estatutárias durante o prazo dessa prorrogação. Belo Horizonte, 28 de maio de 2016. Gestho Gestão Hospitalar S/A (Hospital Belo Horizonte) – Hospital de Olhos de Minas Gerais S/A – Hospital Santa Lúcia Ltda – Hospital Vera Cruz S/A.

7 cm -24 836905 - 1

ASAE – SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE ARA-GUARI-MG, Autarquia Municipal Autôpomo agressión DE ARA-ASAE – SUPERINTENDENCIA DE AGUA E ESGOTO DE ARAGUARI-MG, Autarquia Municipal Authonma, concessionária dos serviços públicos de saneamento básico, torna público que, fará realizar a
Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL (Sistema de Registro de Preços), do tipo MENOR PREÇO GLOBAL DO ITEM ÚNICO
COM PREÇO MÁXIMO PREFIXADO e, conforme subdivisão discriminada no Edital e seus ANEXOS, se for o caso, visando o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE
SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS COM
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOTO BOMBAS SUBMERSAS, MATERIAIS/EQUIPAMENTOS E LICENCIAMENTO
AMBIENTAL, objetivando atender às necessidades de melhoramento
continuo no abastecimento de ávaia do município de Araquari - MG de AMBIENTAL, objetivando atender às necessidades de melhoramento continuo no abastecimento de água do município de Araguari - MG, de acordo com o Edital de Pregão 009/2016, devendo a proposta e documentação ser entregue na Sala de Reuniões da sede Administrativa da SAE na Av. Hugo Alessi nº 50, Bairro Industrial, cidade de Araguari-MG, no dia no dia 09 DE JUNHO DE 2016, às 12h:30m, sendo que, o mesmo será aberto no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria, cadastrados ou não e, que se enquadrarem nas condições estabelecicompetição licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria, cadastrados ou não e, que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia util e durante o expediente normal, das 12h30min às 17h30min, mediante recolhimento da quantia de R\$8,00 (oito reais), que deverá ser depositada na conta corrente nº 5.148-9, Agência 0090-6, Banco do Brasil ou GRATUITAMENTE no endereço via INTERNET SITE: www.saearaguari.com.br Maiores informações, pelos telefones (034) 3242-3579/3246-6697. (a) Rômulo Cesar de Souza – Pregoeiro / José Flávio de Lima Neto – Superintendente de Água e Esgoto.

GALVANI INDUSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS S/A. Termo GALVANI INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS S/A. Ierm de Compromisso de Compensação Ambiental nº 2101010501416 entre Instituto Estadual de Florestas – IEF e a Galvani Industria, Comércio e Serviços S/A. Objeto: estabelecer medida de compensação ambiental (Lei 9985/00) do licenciamento do empreendimento "Fabricação de ácido fosfórico associada à produção de adubos e fertilizantes, fabricação de ácido sulfúrico a partir de enxofre elementar, fabricação de outros produtos químicos não especificados ou não classificados, fabricação de produtos intermediários para fins de fertilizantes" de acordo com a clausula primeira do referido termo. Valor da compensação: R\$ 2.582.025,40. Vigência: até a quitação integral da obrigação por parte do empreendedor. Data da assinatura: 09/05/2016. do empreendedor. Data da assinatura: 09/05/201 Adriana Araújo Ramos – Diretora Geral do IEF

Danilo Casalino - Diretor Financeiro - Galvani Indústria, Comércio e Servicos S/A

Gustavo Bastide Horbach – Gerente de Projetos Sênior - Galvani Indústria, Comércio e Serviços S/A.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO FUNDAÇÃO MUNICIPALDE CULTURA, LAZERE I TURISMO FUNCULT - CONGONHAS - MG. - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº FUMCULT/008/2016.Contratação de empresa, através da prestação de serviços de vigilância (vigia), para atender a FUMCULT.Tipo:Menor Preço.Recebimento do credenciamento e das propostas:Dia 15 de junho de 2016, de 09:00 às 09:30 horas. Abertura: Dia 15 de junho de 2016, às 09:35 horas, na sede da FUMCULT - Congonhas - MG. Maiores informações, junto à FUMCULT, pelo telefone: (31)3731-3314, de segunda a sexta-feira, de 08:00 as 10:00 horas e de 13:00 as 17:00 horas. Marta Fernandes da Costa Alves – Pregoeira. Sérgio Rodrigo Reis – Diretor-Presidente da FUMCULT.30/05/2016.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS- EDITAL TORNA PÚBLICA PENA DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS AO MÉDICO DR. ALEXANDRE MOTTA MACEDO - CRMMG 46.067. O Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, em conformidade com o disposto na Lei n. 3.268, de 30 de setembro de 1957, tendo em consideração os termos do artigo 43 do Código de Processo Ético Profissional e tendo em vista decisão prolatada nos autos do Processo Ético-Profissional CRMMG 2379/2014, julgado em Sessão de Julgamento do Conselho Regional de Medicina de Mínas Gerais, torna público ter resultado ao DR. ALE-XANDRE MOTTA MACEDO, inscrito neste Conselho sob nº 46.067, a penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS, prevista na alinea "d", do art. 22, da mencionada Lei, por infração aos artigos 4º, 14 e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM Nº 1.931/2009), devendo a penalidade ser cumprida no período de 31 de maio de 2016 a 30 de junho de 2016, período no qual o referido profissional estará impedido de exercer qualquer atividade médica. Belo Horizonte, 31 de maio de 2016. Cons. Fábio Augusto de Castro Guerra – Presidente. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE

5 cm -30 837920 - 1